ATA NÚMERO DEZOITO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2025

Aos quatro dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Maria Luísa Dias Gomes, Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e Cristina Maria Campos Guerra, Vereadores. ----------

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. ----------

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes e começou por informar que no dia anterior tinha estado presente na receção aos Professores, na Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres para um breve convívio, convívio esse que havia sido antecedido por um passeio à freguesia de Algodres, no sentido de ficarem a conhecer um pouco do património histórico do concelho de Fornos de Algodres e, mais informou que no dia da presente reunião iria receber cerca de 250 pessoas da "Confraria do Bacalhau", no Jardim 28 de maio, uma vez que se encontravam em Fornos de Algodres para a realização de um congresso de três dias, tendo em vista uma angariação de fundos. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente sublinhou que já é a segunda vez que a "Confraria do Bacalhau" realiza o seu congresso em Fornos de Algodres, sendo que é uma organização que ultrapassa fronteiras, com pessoas de várias nacionalidades, nomeadamente África do Sul e Estados Unidos da América. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra cumprimentando todos os presentes e começou por dar conhecimento que, no seguimento do contato permanente com a AJAP, no dia anterior tinha estado na freguesia de Queiriz, no sentido de tentar encontrar uma solução relativamente à questão do fornecimento dos fardos de palha, a todos os pastores que foram afetados pelos incêndios, sendo que já havia chegado um camião à referida freguesia, assim como também já se tinha conseguido providenciar alguma quantidade de ração, no sentido de se tentar dar uma resposta mais imediata aos referidos pastores. ----------

Na sequência da intervenção do Senhor Vereador Alexandre Lote, a Senhora Vereadora Cristina Guerra cumprimentou todos os presentes e questionou se já haveria algum tipo de feed-back inerente à reunião que se havia realizado no Município de Trancoso, no sentido de se tentar arranjar soluções para o drama dos incêndios que se havia vivido no território, tendo o Senhor Vereador Alexandre Lote informado que, na sequência da mesma,

se havia tido conhecimento das medidas de apoio que iriam ser estabelecidas pelo Governo, não tendo, no entanto, ficado claro, a forma como os referidos apoios iriam ser operacionalizados. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que tinha havido uma reunião no Município de Fornos de Algodres com os técnicos da CCDR, em que foi disponibilizado ao Município o acesso à plataforma, tendo sido decidido colocar na freguesia de Queiriz, em parceria com a Junta de Freguesia de Queiriz, os Técnicos do Município, durante uma semana, no sentido de se poder aferir e fazer o respetivo registo fotográfico de todos os prejuízos, assim como formular os pedidos na referida plataforma, uma vez que alguns dos lesados, devido a questões burocráticas, não o conseguiriam fazer. O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção e sublinhou que, contrariamente ao que muitas das vezes se defende, convém que haja alguma cautela no desenho dos apoios em causa, uma vez que, quando não são bem delineados, poderá ter um efeito contraproducente, e neste sentido, concorda plenamente com a atitude do Governo ao não ter atribuído, no imediato, os referidos apoios, optando por ouvir todas as entidades no sentido de se desenhar cada apoio, individualmente, em função das necessidades de cada território. Para terminar o Senhor Vereador Alexandre Lote referiu que há vários tipos de apoios, sendo que um deles terá como limite os três mil Euros e outro os dez mil Euros, dependendo da evidência do que efetivamente ardeu e dos prejuízos inerentes. ----------

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra cumprimentando todos os presentes e começou por dar conhecimento que, no que concerne ao início do ano letivo, já haviam sido efetuados todos os procedimentos, estando já tudo assegurado e acautelado por parte do Município de Fornos de Algodres, por forma a que tudo comece e funcione o melhor possível e mais informou que, em termos de pessoal não docente, também já se havia reunido com o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, no sentido de se distribuir os recursos pelas respetivas escolas, sendo que relativamente às AEC(s), prolongamento e transportes também já se encontrava tudo devidamente assegurado. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra cumprimentando todos os presentes e, no seguimento do que havia sido proferido, congratulou o Município de Fornos de Algodres pelo facto de ter tido a iniciativa de colocar um grupo de Técnicos no terreno para prestar a devida ajuda e apoio necessários, no sentido de se preencher todos os prejuízos inerentes ao incêndio que assolou a freguesia de Queiriz, sublinhando assim que se trata de uma atitude correta e louvável, em virtude de as pessoas que ainda se dedicam à agricultura e pastorícia, serem as mais idosas e com maiores dificuldades, em termos de literacia. No que diz respeito ao início do ano letivo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referiu que não tinha estado presente no convívio e na visita que foi proporcionada aos Professores, no entanto tinha tido conhecimento que apenas tinham visitado a freguesia de Algodres, tendo a Senhora Vereadora Luísa Gomes referido que tal se verificou, uma vez que a referida visita, de acordo com as instruções do Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, apenas podia ter a duração de uma hora, pois por volta das 16h30 começaria o convívio. Neste contexto, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues, embora tenha considerado que se tratou de uma boa iniciativa, a qual, na qualidade de docente, muito agradeceu, sublinhou que uma visita ao concelho de Fornos de Algodres não se poderia cingir apenas a uma das freguesias, pelo que seria muito mais importante que se dessem a conhecer outros cantos do

concelho, em que a crianças sentem maiores dificuldades, nomeadamente a nível dos transportes ou até mesmo no acesso a uma biblioteca, pois só assim os novos professores ficariam com a noção da verdadeira realidade do território. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção e questionou se eventualmente já haveria uma data concreta para a reabertura do troço do IP5, ao que o Senhor Presidente respondeu que a sua reabertura se deverá verificar brevemente. Neste contexto a Senhora Vereadora Cristina Guerra questionou se eventualmente haveria também uma data concreta para a reabertura da linha da Beira Alta, ao que o Senhor Presidente respondeu que provavelmente só ficará pronta no final de novembro, sendo que as obras propriamente ditas já estariam finalizadas, no entanto verifica-se um atraso no que diz respeito às respetivas certificações, em que algumas delas terão de ser efetuadas por entidades estrangeiras, o que torna o processo mais moroso. ------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra manifestando também que seria oportuno que na presente reunião se desse a conhecer qual o montante angariado com a bilheteira das Festas em honra a Nossa Senhora da Graça e que reverterá a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, até porque foi assunto de apreciação em reunião de Câmara, tendo o Senhor Vereador Alexandre Lote informado que, em virtude de o Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, se encontrar de férias, não foi possível submeter o respetivo protocolo a apreciação na presente reunião, no entanto, sublinhou que, certamente, o mesmo poderá ser devidamente apreciado na reunião seguinte, e mais informou que, de forma lata, a bilheteira terá reunido cerca de dez mil Euros. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote prosseguiu a sua intervenção manifestando a sua solidariedade para com o Município de Lisboa, no seguimento da tragédia que havia ocorrido no dia anterior, no Elevador da Glória, tragédia essa que também é um alerta para os cuidados que se deverão ter em consideração relativamente à reabertura da Linha da Beira Alta, sendo que será imperativo que se certifique que tudo estará em conformidade. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre referiu que tinha visitado a Estação de comboios de Fornos de Algodres, que está realmente muito mais bonita, esperando-se que a mesma reabra brevemente, mas, acima de tudo, que reabra em segurança. ----------

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra passando a fazer a seguinte declaração: ----------

---------- *Declaração* ----------

"Dado que o mandato se encontra em fase final, aproximando-se o período de gestão corrente e a campanha eleitoral, declaro para a ata a seguinte declaração pela sua relevância para a boa governação e transparência da administração local: ----------

Todos os meus requerimentos dirigidos ao Órgão Executivo ainda não obtiveram resposta e as propostas por mim apresentadas para agendamento nunca foram submetidas a deliberação sem que me tenham sido apresentadas justificações formais. O direito de oposição não foi, até à presente data, respeitado na prática, inclusive pela ausência de disponibilização de propostas e relatórios relevantes; não tive conhecimento, por exemplo, de qualquer proposta de relatório referente ao exercício referente a 2024, não são conhecidos relatórios sobre a

implementação do Plano de prevenção da corrupção e infrações conexas, pelo que a sua execução e eficácia não podem ser aferidas. Verifica-se a existência de despesas orçamentadas com valores significativos, sem identificação da respetiva origem, de receita e sem apresentação de projetos de intervenção, apesar dos prazos para apresentação dos projetos já terem expirado há mais de um ano. A invocação de regulamentos municipais para fundamentar decisões tem sido feita de forma inadequada e com base em normas desatualizadas, o que põe em risco a segurança jurídica dos atos praticados. No âmbito do Regulamento municipal de apoio ao associativismo, não foi aberto o prazo de candidatura, contrariando critérios de transparência e igualdade de acesso. Quanto às AEC(s) previstas para o ano letivo, foram assumidos compromissos com entidades externas, sem que exista quadro de recursos humanos adequados; tal compromisso carece de justificação e clarificação. Não se conhecem, com precisão, os valores de aquisição e intervenção relativamente ao Programa de arrendamento acessível, nem está esclarecido o eventual fracionamento das despesas do mesmo investimento. Não me foi apresentado, conhecido, qualquer protocolo invocado para a intervenção na creche em Infias, pelo que a sua existência e conteúdo permanecem desconhecidos. A existência de contratos, em que o Chefe de Gabinete figura como gestor de contrato, enquanto entidade envolvida, é representada por um Deputado Municipal e o Chefe da DAG, em que o Senhor Presidente da Câmara integra os órgãos sociais da entidade contratada. Estas situações levantam indícios de sobreposição de funções e potenciais conflitos de interesses que exigem esclarecimento e, se for o caso, correção. Muitas outras situações poderiam aqui ser elencadas, mas por razão de síntese limito-me às acima descritas que considero serem suficientemente ilustrativas e essenciais para memória futura e transparência institucional." ----------

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que, na reunião de Câmara seguinte, terá oportunidade de responder a todas as questões elencadas pela Senhora Vereadora Cristina Guerra, para memória futura. ----------

No seguimento da intervenção da Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente referiu que, no que concerne à questão dos incêndios e, apesar do papel importante desempenhado pelos Técnicos do Município de Fornos de Algodres, muitas das vezes o leme dos processos tem de estar sob a alçada direta dos políticos, sendo que, quem liderou o Processo inerente ao incêndio, foi o Senhor Vereador Alexandre Lote, tendo inclusivamente reunido com o Senhor Ministro, no sentido de, muito cautelosamente e sem a criação de grandes expectativas, se fazer face à situação. ----------

Relativamente à visita à freguesia de Algodres, que foi efetuada por alguns elementos do corpo docente do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, o Senhor Presidente sublinhou que apenas se teve a oportunidade de visitar a referida freguesia, em virtude da limitação temporal indicada pelo Senhor Diretor do referido Agrupamento. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

1-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE AGOSTO DE 2025. ----------

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes. **----------**

2-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DA 1ª ALTERAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES. –

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, elaborada e aprovada na vigência do anterior Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro), foi aprovada em Assembleia Municipal no dia 17 de junho de 2015, deliberação publicitada através do Aviso n.º 13012/2016, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, nº 204, de 24 de outubro, não tendo o Plano sofrido qualquer alteração desde a sua publicação. ----------

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, em reunião ordinária realizada em 17 de julho de 2020, deliberou por unanimidade aprovar: ----------

1) Abertura do procedimento da 1ª Alteração da 1ª Revisão do PDM de Fornos de Algodres; ----------

2) Os respetivos termos de referência; ----------

3) Abertura de período de participação pública preventiva, nos termos do número 2, do artigo 88º do Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, deliberação publicitada através do Aviso nº 18365/2020, publicado no *Diário da República*, 2ª Série, nº 221, de 12 de novembro. ----------

A alteração do PDM de Fornos de Algodres, teve como principal âmbito a conformação e a adequação do Plano ao novo quadro jurídico estabelecido pela Lei nº 31/2014, de 30 de maio, na sua atual redação (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo) e pelo RJIGT que institui um novo sistema de classificação do solo, em solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando a categoria operativa de solo urbanizável. Deste modo, procedeu-se à aplicabilidade material dos critérios de classificação do solo, nos termos do Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, às áreas do território integradas em solo urbanizável e, em razão disso, determinar a sua classificação como solo rústico ou solo urbano. ----------

Para além das alterações decorrentes da adoção das novas regras e critérios de classificação do solo (conforme termos de referência aprovados em sede de deliberação de início do procedimento de alteração do Plano), as quais apresentam uma incidência territorial transversal ao Concelho e materialização nos vários elementos documentais que integram o Plano, procedeu-se à: ----------

- **Adequação da 1.ª Revisão do PDM às orientações emanadas do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI), aprovado pela Portaria nº 55/2019, de 11 de fevereiro;**

- **Adequação do PDM à mais recente versão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) de Fornos de Algodres, através da atualização da "Planta de Condicionantes – Perigosidade Classe de Risco de Incêndio" (atual Planta de Condicionantes – Gestão de Risco de Incêndio Rural); ----------**
- **Introdução de ajustes e correções aos elementos fundamentais do Plano, sobretudo no que se refere à atualização de servidões e restrições de utilidade pública e a clarificação e aperfeiçoamento de algumas disposições regulamentares. ----------**

Pelo acima exposto, propõe-se, a abertura do período de discussão pública da proposta da 1ª alteração da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, por um período de 30 dias, com início 5 dias após a publicação do respetivo Aviso em *Diário da República*, nos termos e para os efeitos previstos nos números 1 e 2, do artigo 89º, do RJIGT, deixando à consideração superior que a presente proposta seja sujeita a apreciação e votação na presente reunião do Órgão Executivo. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que o documento em apreciação é bastante extenso, tendo sido objeto de trabalho árduo por parte dos Serviços Técnicos do Município de Fornos de Algodres, assim como por parte do Gabinete que foi contratado para colaborar na elaboração da presente alteração. Neste contexto, o Senhor Presidente salientou que se está perante uma alteração e não perante uma revisão, alteração essa que foi imposta legalmente e que se reporta à classificação dos solos. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção referindo que o Município de Fornos de Algodres não poderia deixar de aproveitar a presente janela de oportunidade, no sentido de poder fazer face a algumas solicitações por parte de alguns munícipes, para que possam transformar espaços rurais em espaços urbanos. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente referiu que a primeira revisão do Plano Diretor Municipal foi aprovada em junho de 2016, o que significa que, em 2026, terá de se abrir novo procedimento para se proceder à revisão do Plano Diretor Municipal, uma vez que a Lei dita que a mesma deverá ser feita de dez em dez anos. Mais informou o Senhor Presidente que o presente documento ficará sujeito a discussão pública, em que todos poderão apresentar as suas propostas e contributos inerentes ao processo, sendo que só será sujeito a apreciação na Assembleia Municipal de dezembro de 2025, já com o novo Executivo Municipal em funções. Para terminar o Senhor Presidente informou que havia combinado com o Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, que a equipa técnica que acompanhou o processo em apreciação, se pudesse disponibilizar para esclarecer e clarificar todos os dados mais técnicos, que possam eventualmente suscitar alguma dúvida. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra manifestando o seu agradecimento aos Técnicos do Município de Fornos de Algodres pelo trabalho exaustivo inerente à elaboração do documento em causa, nomeadamente ao Eng.º Paulo Santos, Eng.º Alberto Almeida, Arquiteto Carlos Gomes, José Alexandre, Pedro Bidarra e Eng.ª Inês Madeira, assim como à empresa que colaborou com o Município na elaboração da referida alteração, sendo que, apesar de todas as dificuldades que foram surgindo, surgiu o presente documento, que, na sua opinião, se encontra em conformidade com a maioria das pretensões de investimento no território, que se encontram

registadas nos Serviços do Município de Fornos de Algodres e que se encontravam impedidas de ser realizadas, caso não se aproveite a presente janela de oportunidade. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues usou da palavra sublinhando que, tal como havia sido referido, o presente documento é realmente bastante extenso, sendo que, na sua opinião, a reunião com os Técnicos responsáveis pela elaboração do mesmo, no sentido de clarificar e esclarecer todos os conceitos mais técnicos, deveria ter sido realizada previamente, para que, à data, se pudesse ter uma opinião clara, justa e concreta de tal documento que é, sem dúvida alguma, de extrema importância, para além de que apenas se estaria a comprometer o próximo Executivo Municipal, assim como os Deputados da Assembleia Municipal de dezembro de 2025, que poderão aprovar, ou não, o documento em causa, visto que a sua aprovação já não será efetivamente durante o atual mandato. Neste sentido, e pelas razões elencadas anteriormente, especialmente porque não se deverá comprometer o próximo Órgão de Gestão Camarária, a Senhora Vereadora Joaquina Domingues considera que o presente documento não deveria ser apreciado e votado na presente reunião, uma vez que a sua aprovação não terminará durante o atual mandato e, como tal, sugeriu a sua retirada da Ordem de trabalhos. -----

Face ao exposto pela Senhora Vereadora Joaquina Domingues, o Senhor Presidente referiu que não iria retirar o presente ponto da Ordem de trabalhos, uma vez que há timings que deverão ser cumpridos, para além de que se trata de um documento que já foi aprovado em conferência de parceiros, não havendo qualquer possibilidade de se realizar outra, tendo a Senhora Vereadora Joaquina Domingues referido que o Senhor Presidente não iria concluir o presente processo, uma vez que já não estará em funções, aquando da aprovação do mesmo, na reunião de Assembleia de dezembro de 2025, sendo que, na sua opinião, o documento em apreciação poderia ser aprovado pelo próximo Órgão de Gestão. Neste contexto o Senhor Presidente sublinhou que o presente documento foi elaborado durante o atual mandato e, como tal, seria o momento certo para se proceder à apreciação e votação do mesmo, até porque o próximo Executivo Municipal também poderá argumentar que não apreciará nem votará o documento em causa, uma vez que não foi elaborado no seu mandato, pondo assim em causa todos os possíveis apoios e financiamentos do Quadro Comunitário, dos quais o Município poderá beneficiar, para além de que também se iria pôr em causa todas as candidaturas já elaboradas pelo Município de Fornos de Algodres. ----------

A Senhora Vereadora Joaquina Domingues prosseguiu a sua intervenção reiterando que o Senhor Presidente não iria conseguir aprovar o presente documento, ainda durante o seu mandato, uma vez que o mesmo só será devidamente aprovado na reunião de Assembleia de dezembro de 2025, em que já haverá outro Órgão de Gestão no Município de Fornos de Algodres. ----------

O Senhor Vereador Alexandre Lote usou da palavra referindo que no presente documento é claramente percetível que houve um esforço para se aumentar a área urbana em muitas das freguesias do concelho de Fornos de Algodres, o que é bastante relevante, quer para investimentos atuais, quer para investimentos futuros, pelo que votará favoravelmente a colocação do mesmo em discussão pública. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador Alexandre Lote manifestou a sua plena concordância com o Senhor Presidente, quando o mesmo referiu que a composição que existe atualmente no Órgão Executivo, mesmo não vindo a emitir a deliberação final,

sobre o presente documento, poderá, ainda assim, tomar a referida decisão, uma vez que teve a responsabilidade de elaboração do documento em apreciação, sendo que, o próximo Órgão Executivo terá de, em 2026, proceder à revisão do Plano Diretor Municipal, que, caso corra bem, normalmente demora cerca de dezoito meses, pelo que é fundamental que o presente processo seja aprovado, por forma a que os investidores não percam tempo e possam resolver os seus problemas. ----------

A Senhora Vereadora Cristina Guerra usou da palavra sublinhando que o que estava em questão é o facto de o documento em si, ser desconhecido, uma vez que nunca foi submetido a apreciação ao Órgão Executivo, até porque o concurso já foi lançado em 2020 e nunca houve qualquer tipo de reporte relativamente ao que estava a ser executado e ao que estava a ser trabalhado, sendo que o Gestor de contrato, que é o Chefe de Divisão, nunca facultou qualquer feedback referente ao desenvolvimento do referido processo. Neste contexto, a Senhora Vereadora Cristina Guerra referiu que, na sua opinião, não faz qualquer sentido que o documento seja discutido em consulta pública, sem que se tenha um conhecimento preciso e concreto do mesmo. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que o problema dos Planos Diretores Municipais é transversal a todos os Municípios, em que a sua elaboração não depende apenas do respetivo Município e sim de várias entidades, o que torna os processos muito mais morosos, no entanto o Município de Fornos de Algodres tem trabalhado no sentido de concretização do presente processo de alteração, tendo sempre tido em atenção e considerado todos os reportes inerentes a investimentos que se pretendiam levar a efeito, nomeadamente o da Associação de Promoção Social e Cultural de Fornos de Algodres, que é detentora de um lar muito pequeno em Queiriz, necessitando urgentemente que o documento em apreciação seja aprovado, por forma a levar a efeito o seu investimento. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção referindo que o documento em causa se encontra dentro dos prazos legais, sendo que o Município de Fornos de Algodres nunca foi penalizado por não cumprimento de prazos, relativamente a eventuais e possíveis financiamentos que se poderia vir a ter, tendo a apresentação do presente documento, sido um pouco mais demorada, em virtude de se ter optado por incorporar no mesmo, todas as reivindicações dos munícipes, em termos de investimento, no concelho de Fornos de Algodres e no que diz respeito ao Chefe de Divisão Técnica Municipal, o Senhor Presidente sublinhou que o mesmo foi questionado pela Senhora Vereadora Cristina Guerra relativamente ao Plano Diretor Municipal, sendo que, pelo menos duas vezes, foi dado conhecimento de como estava a avançar o procedimento do Plano Diretor Municipal.

A Câmara deliberou aprovar por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues e o voto contra da Senhora Vereadora Cristina Maria Campos Guerra, conforme declaração de voto vencido. ----------

---------- *Voto Vencido* ----------

"Face ao ponto em apreciação declaro o meu voto vencido com os seguintes fundamentos: ----------

- Em momento algum o Órgão Executivo apreciou ou deliberou a proposta da primeira alteração da primeira revisão do PDM; ----------

- Desde a adjudicação à empresa responsável em 2020, com prazo contratual de seis meses, até à presente data, 04 de setembro de 2025, não foram remetidos aos membros do Órgão Executivo, quaisquer documentos para apreciação ou conhecimento. ----------

- Os documentos, agora anexos à proposta de decisão, datam de junho de 2025 e durante os dois meses subsequentes não foram enviados ao Órgão Executivo, para análise prévia, agendamento ou decisão; ----------

- Os documentos que vinculam o Órgão Executivo não podem ser submetidos a consulta pública, sem que este Órgão os aprecie e delibere formalmente; ----------

- A proposta que se pretende colocar em consulta pública contém matérias relevantes, como alterações à RAN e Planos de investimento plurianuais que nunca foram analisados nem enquadrados, face ao orçamento, em rigor, podendo mesmo estar em contradição com estes; ----------

- Não se verifica o cumprimento das Normas de controlo interno, nem do Plano de prevenção de corrupção e não existe qualquer tipo de fundamentação por parte dos responsáveis técnicos ou políticos para a retenção da informação desde junho; ----------

- Atendendo ao atual calendário eleitoral e ao período de gestão corrente, não é legítimo impor aos futuros eleitos, uma proposta que o próprio Executivo em funções não discutiu nem aprovou, em violação do quadro legal vigente e dos regulamentos desta reunião do Executivo. ----------

Assim não me vinculo à proposta de decisão apresentada porque não foram cumpridas as Normas de controlo interno, nem assegurados os princípios da transparência e legalidade na condução deste processo." ----------

3-PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA ----------.

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. ----------

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. ----------

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência